

EDITAL N. 006/2022-PROGEP, DE 21 DE JANEIRO DE 2022
CONCURSO PÚBLICO CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

ANEXO I
INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS CARGOS

Cargo: **ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Desenvolver e implantar sistemas informatizados, dimensionando requisitos e funcionalidades do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos; administrar ambientes informatizados; prestar treinamento e suporte técnico ao usuário; elaborar documentação técnica; estabelecer padrões; coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados; pesquisar tecnologias em informática. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

➤ Curso Superior na área (Análise de Sistemas ou Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Engenharia Elétrica ou Informática ou Licenciatura em Computação ou Processamento de Dados ou Sistemas de Informação ou Tecnologia em Redes de Computadores ou Tecnologia em Sistemas para Internet ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Curso Superior na área com outra denominação).

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referenciação e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Significação de palavras e expressões em contexto;
5. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112,

- de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).
11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).
12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).
14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.
15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Algoritmos e Estrutura de Dados (em Python)
 - 1.1 Operações Lógicas
 - 1.2 Tipos Abstratos de Dados
 - 1.3 Tipos Básicos de Estruturas (pilhas, filas, listas, árvores e grafos)
 - 1.4 Operações em Vetores e Matrizes
 - 1.5 Recursão
2. Comunicação de Dados e Redes de Computadores
 - 2.1 Transmissão Analógica/Digital
 - 2.2 Meios de Transmissão
 - 2.3 Comutação de Circuitos e Datagramas
 - 2.4 Camadas do Modelo ISO/OSI
 - 2.5 Protocolos de Comunicação
 - 2.6 Segurança em Redes de Computadores
 - 2.7 Gerenciamento de Redes
- 3 Programação Orientada a Objetos (em Java)
 - 3.1 Conceitos de Programação Orientada a Objetos
 - 3.2 Classes, atributos e métodos
 - 3.3 Herança e Polimorfismo
 - 3.4 Padrões de Projeto Orientados a Objetos
 - 3.5 Entrada e Saída de Dados
 - 3.6 Tratamento de Exceções
 - 3.7 Classes Abstratas e Interfaces
- 4 Engenharia de Software
 - 4.1 Engenharia de Requisitos
 - 4.2 Qualidade de Software
 - 4.3 Análise e Projeto de Software
 - 4.4 Gerenciamento de Projetos de Software
 - 4.5 Ferramentas de Testes de Software
 - 4.6 Programação Automatizada de Testes de Software em Java
 - 4.7 Documentação de Software
- 5 Sistemas de Banco de Dados

- 5.1 Bancos de Dados Relacionais
- 5.2 Bancos de Dados no SQL
- 5.3 Modelagem
- 5.4 Operações em Banco de Dados via SQL
- 5.5 Segurança
- 5.6 Triggers
- 5.7 Stored Procedures

- 6 Algoritmos de Aprendizado de Máquina
- 6.1 Agrupamento
- 6.2 Classificação
- 6.3 Aprendizado Supervisionado e Não Supervisionado

- 7 Processamento Digital de Imagens
- 7.1 Filtragem no Domínio Espacial e Convolução
- 7.2 Histograma de Imagens
- 7.3 Transformadas e Filtros no Domínio da Frequência
- 7.4 Morfologia Matemática
- 7.5 Redes Neurais Convolucionais

Cargo: **ARQUITETO E URBANISTA**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações; fiscalizar e executar obras e serviços, desenvolver estudos de viabilidade financeiros, econômicos, ambientais; prestar serviços de consultoria e assessoramento, bem como assessorar no estabelecimento de políticas de gestão. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior em Arquitetura e Urbanismo
- Registro no Conselho competente.

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referenciação e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Significação de palavras e expressões em contexto;
5. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoca a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos,

institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).

11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).

14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.

15. Princípios da Administração Pública.

Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo

1.1 Arquitetura Vernácula e Erudita

1.2 A Tríade Vitruviana

1.3 História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo a partir do século XX

1.4 Evolução Urbana no Brasil e no Rio Grande do Sul

1.5 Teóricos, Teorias e Cartas relativas ao Patrimônio Cultural Edificado

2. Planejamento Urbano e Regional

2.1 Teorias do Espaço Urbano e Regional

2.2 Planos Diretores Municipais e Planos Regionais de Desenvolvimento

2.3 Princípios de Sustentabilidade para o Espaço Urbano

2.4 Infraestrutura Urbana

2.5 Estudos de Impacto Ambiental, Estudos de Viabilidade Urbanística e Estudos de Impacto de Vizinhança

3. O Projeto

3.1 O Projetar e as Razões para o Projeto

3.2 Processo de Projeto: métodos e etapas

3.3 Tema, Condicionantes e Conceito de Projeto

3.4 Forma e Composição

3.5 Desenho Universal e Acessibilidade

3.6 Detalhamentos Construtivos

4. Conforto Ambiental

4.1 Ergonomia

4.2 Conforto Térmico

4.3 Conforto Lumínico

4.4 Conforto Acústico

4.5 Eficiência Energética e Automação

5. Tecnologia da Construção

5.1 Materiais de Construção Civil

5.2 Subsistemas Construtivos

5.3 Racionalização da Construção

5.4 Fabricação Digital e Prototipagem

5.5 Bioarquitetura

6. Expressão e Representação Gráfica

6.1 Conceitos Fundamentais e Normas de Desenho Técnico

6.2 Perspectivas e Sombras

6.3 Modelagem Tridimensional

6.4 Plataformas CAD e BIM

6.5 Formato e Diagramação de Pranchas

7. Projetos Complementares

7.1 Partido Estrutural: tipo, materiais, posicionamento e dimensionamento preliminar

7.2 O Projeto Hidrossanitário

7.3 O Projeto Elétrico e de Instalações Especiais

7.4 Saídas de Emergência em Edifícios e o Projeto de Prevenção Contra Incêndio

7.5 Compatibilização com o Projeto Arquitetônico

8. Gerenciamento de Obras

8.1 Acompanhamento e fiscalização de obras e serviços

8.2 Orçamento e cronograma físico-financeiro

8.3 Caderno de Encargos

8.4 Implantação e Gerenciamento do Canteiro de Obras

8.5 Segurança do Trabalho

9. Legislação para o Exercício Profissional

9.1 Lei Federal N. 12.378/2010, de 31/12/2010 - Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências.

9.2 Resolução N. 21, de 05/04/2012 - Atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.

9.3 Resolução N. 52, DE 6/09/2013 - Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

9.4 Resolução N. 91, DE 9/10/2014 (e posteriores alterações) - Dispõe sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências.

9.5 Resolução N. 75, DE 10/04/2014 - Dispõe sobre a indicação da responsabilidade técnica referente a projetos, obras e serviços no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, em documentos, placas, peças publicitárias e outros elementos de comunicação.

9.6 Resolução N. 67, DE 5/12/2013 - Dispõe sobre os Direitos Autorais na Arquitetura e Urbanismo, estabelece normas e condições para o registro de obras intelectuais no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e dá outras providências.

Cargo: **METEOROLOGISTA**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Realiza investigações sobre a constituição e propriedades da atmosfera terrestre e das forças que a modificam, para incrementar os conhecimentos científicos e estudar suas aplicações práticas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior na área (Meteorologia ou Ciências Atmosféricas)
- Registro no Conselho competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referência e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Significação de palavras e expressões em contexto;
5. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e

institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).

11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).

14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.

15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Definição de Tempo e Clima.
2. Escala Temporal e Espacial dos Fenômenos Atmosféricos.
3. Composição da Atmosfera.
4. Estrutura Vertical da Atmosfera.
5. Tipos de Nuvens.
6. Sistemas Meteorológicos que atuam no Sul do Brasil.
7. Códigos Meteorológicos.
8. Cartas sinóticas de superfície e de altitude.
9. Interpretação de imagens de satélite
10. Circulação Geral da Atmosfera.
11. Variabilidades intrasazonal, interanual e interdecadal.
12. Leis Básicas de Conservação da Atmosfera.
13. Circulação, Vorticidade, Divergência e Deformação.
14. Balanço Geostrófico, Ciclostrófico e Inercial.
15. Vento Térmico.
16. Vento Gradiente.
17. Aproximação Quase-Geostrófica.
18. Instabilidade Baroclínica.
19. Movimentos Oscilatórios na Atmosfera.
20. Diagramas Termodinâmicos.
21. Conteúdos de vapor de água no ar.
22. Processos adiabáticos e pseudo-adiabáticos.
23. Estabilidade estática da atmosfera.
24. Saturação e condensação.
25. Equilíbrio hidrostático.
26. Termometria.
27. Barometria.
28. Anemometria.
29. Higrometria.
30. Pluviometria.
31. Radiometria.
32. Espectro de radiação.
33. Lei de Stefan-Boltzmann.
34. Lei de Wien.
35. Balanço Radiativo.
36. Balanço de energia.
37. Estrutura da Camada Limite Planetária.
38. Determinação de Fluxos Turbulentos.
39. Gases de efeito estufa.
40. Forçantes radiativas de mudanças climáticas.
41. Balanço Hídrico.

Cargo: **ZOOTECNISTA**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Realizar pesquisas sobre a genética de animais domésticos, métodos aperfeiçoados de criação e/ou problemas conexos, aplicando conhecimentos científicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior em Zootecnia
- Registro no Conselho Competente.

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-remática, progressão tópica, encadeamentos;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referência e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Significação de palavras e expressões em contexto;
5. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios,

ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).

11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).

14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.

15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Melhoramento genético e cruzamentos entre raças.
2. Manejo reprodutivo dos animais.
3. Higiene e profilaxia animal.
4. Ambiência, bem-estar e comportamento animal.
5. Manejo e utilização das pastagens naturais.
6. Estabelecimento e utilização de forrageiras para pastejo.
7. Fenos e silagens na alimentação de herbívoros.
8. Metodologias para avaliação quantitativa e qualitativa de alimentos.
9. Classificação e caracterização de ingredientes e nutrientes para animais
10. Exigências nutricionais dos animais.
11. Uso de aditivos para ruminantes e não ruminantes.
12. Formulação, processamento de rações, consumo e conversão alimentar.
13. Avaliação da qualidade da carcaça e da carne dos animais.
14. Incubação e biossegurança em aves.
15. Análise estatística e experimentação com animais.
16. Contabilidade de custos na produção animal.
17. Qualidade e segurança alimentar dos produtos zootécnicos.
18. Cadeia produtiva das carnes da produção zootécnica.
19. A extensão rural como instrumento de modernização agrícola.
20. Declínio e conservação da fauna brasileira.
21. Produção, manejo e alimentação de bovinos de leite.
22. Produção, manejo e alimentação de bovinos de corte.
23. Produção, manejo e alimentação de ovinos.
24. Produção, manejo e alimentação de aves.
25. Produção, manejo e alimentação de suínos.
26. Produção, manejo e alimentação de peixes.
27. Produção, manejo e alimentação de abelhas.
28. Produção, manejo e alimentação de equinos.
29. Produção, manejo e alimentação de coelhos.
30. Produção, manejo e alimentação de cães e gatos.

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

➤ Ensino Médio Profissionalizante* ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico*

(*) O curso Profissionalizante e o curso Técnico deverão ser na área correspondente ao cargo

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. Significação de palavras e expressões em contexto;
4. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Retextualização de porções textuais;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios,

ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).

11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).

14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.

15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Sistemas de Unidades

1.1 Grandezas físicas e unidades de medida;

1.2 Sistema métrico

1.3 Sistema SI;

1.4 Conversão de unidades.

2. Tratamento de Dados Experimentais

2.1 Algarismos significativos;

2.2 Tipos de erros;

2.3 Valor médio;

2.4 Desvio padrão;

2.5 Precisão e exatidão;

2.6 População e amostra.

3. Equipamentos e Técnicas usados em Laboratório de Química

3.1 Nomenclatura química;

3.1 Vidraria de laboratório químico;

3.3 Purificação de reagentes: filtração, destilação, cristalização, sublimação, secagem e extração;

3.4 Principais equipamentos e suas aplicações;

3.5 Noções de funcionamento dos equipamentos: pH-metro, condutivímetro, balança, colorímetro, rotaevaporador, estufa e refratômetro.

4. Segurança de Laboratório

4.1 Normas básicas de segurança de laboratório;

4.2 Prevenção de acidentes;

4.3 Equipamentos de proteção individual;

4.4 Descarte de resíduos de laboratório.

5. Estequiometria

5.1 Princípio de conservação de massas;

5.2 Leis ponderais;

5.3 Equação de estado de gases ideais;

5.4 Balanceamento de equações químicas;

5.5 Cálculos estequiométricos.

6. Soluções Aquosas

6.1 Fração molar;

6.2 Molaridade;

6.3 Molalidade

6.4 Percentagem molar e em massa;

6.5 Diluição e mistura de soluções;

6.6 Solução padrão e padronização;

6.7 Regras de solubilidade.

7. Ácidos e Bases

7.1. Equilíbrio ácido-base

7.2. Uso do pH;

7.3. Volumetria de neutralização;

- 7.4. Sistemas tampão;
- 7.5. Problemas práticos.

8. Reações de Oxi-Redução

- 8.1 Número de oxidação;
- 8.2 Agentes oxidantes e redutores;
- 8.3 Balanceamento redox em solução aquosa;
- 8.4 Volumetria de oxidação-redução;
- 8.5 Potencial padrão;
- 8.6 Células eletroquímicas.

9. Propriedades Coligativas

- 9.1 Forças intermoleculares;
- 9.2 Crioscopia;
- 9.3 Ebulioscopia;
- 9.4 Tonoscopia;
- 9.5 Osmometria.

10. Colorimetria

- 10.1 Colorimetria visual (colorimetria inversa);
- 10.2 Colorimetria fotométrica (colorimetria direta);
- 10.3 Relação entre absorvância e transmitância;
- 10.4 Relação entre absorvância e absorção molar;
- 10.5 Determinação de curvas-padrão;
- 10.6 Uso de soluções de referência.

Cargo: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Desenvolver sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetar, implantar e realizar manutenção de sistemas e aplicações; selecionar recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Médio Profissionalizante* ou Ensino Médio completo + Curso Técnico em Eletrônica com ênfase em sistemas computacionais ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico*

(*) O Curso Profissionalizante e o Curso Técnico referidos nos requisitos para ingresso deverão ser na área correspondente ao cargo.

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. Significação de palavras e expressões em contexto;
4. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Retextualização de porções textuais;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).
11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).
12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).
14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.
15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Arquitetura e protocolos de redes;
2. Infraestrutura de redes;
3. Administração de sistemas operacionais Linux e Windows;
4. Segurança da Informação;
5. Gerência de redes de computadores;
6. Estruturas de Dados;
7. Banco de Dados;
8. Orientação a objetos em Java;
9. Linguagens de Programação para web (HTML, PHP, Python, Java, Javascript);
10. Organização e arquitetura de computadores.

Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Identificar documentos e informações, atender à fiscalização; executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial; realizar controle patrimonial. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Médio Profissionalizante (em Contabilidade) ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico (em Contabilidade)
- Registro no Conselho Competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de gêneros textuais em diferentes mídias e semioses: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão;
2. Progressão sequencial do texto: manutenção temática, progressão tema-rema, progressão tópica, encadeamentos;
3. Significação de palavras e expressões em contexto;
4. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Retextualização de porções textuais;
6. Classes de palavras: natureza, forma, função e emprego;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Pontuação;
10. Problemas de elaboração frasal: frases fragmentadas, frases siamesas, frases ambíguas, erros de paralelismo, erros de comparação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas.
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações.
3. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021).
4. Decreto nº 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
5. Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações.
6. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
7. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e

institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelos Decretos nº 9.723, de 2019 e nº 10.279, de 2020).

11. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019).

12. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

13. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014, com as alterações posteriores (Resoluções N. 023/2016; N. 037/2016; N. 016/2017; e, N. 056/2021).

14. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, com as alterações posteriores e nos termos do Anexo da Resolução UFSM N. 016/2019, de 02.07.2019.

15. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Contabilidade Geral

1.1 Fundamentos de contabilidade: bens, direitos e obrigações; aspectos qualitativos e quantitativos do patrimônio; usuários da informação contábil; técnicas e instrumentos contábeis; Normas Brasileiras de Contabilidade e Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

1.2 Aspectos patrimoniais: estática patrimonial; equação patrimonial e representação gráfica; atos e fatos contábeis; variações do patrimônio líquido (despesas, receitas e resultados); origens e aplicações de recursos; registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.

1.3 Procedimentos contábeis: contas; obrigatoriedade da escrituração; mecanismos de débito e crédito; método das partidas dobradas; livros contábeis; regime de competência e regime de caixa; balancete de verificação; formação, subscrição e integralização de capital;

1.4 Operações com mercadorias: custo da mercadoria vendida, resultado da conta mercadorias; estoques: mensuração (custos, critérios de valoração, valor realizável líquido); reconhecimento no resultado e divulgação; perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

1.5 Operações envolvendo Ativo Não Circulante: investimentos; imobilizado; intangível; depreciação; amortização; exaustão; métodos de avaliação patrimonial; teste de recuperabilidade; ganhos ou perdas de Capital

1.6 Operações com Instrumentos Financeiros: ativos financeiros; passivos financeiros; instrumentos patrimoniais; operações com duplicatas; contratos de arrendamento.

1.7 Tópicos Contemporâneos de Contabilidade: provisões; reservas; ativos e passivos contingentes.

1.8 Resultado do Exercício: regimes contábeis; apuração, ajustes, deduções, participações e destinações do resultado.

1.9 Demonstrações contábeis obrigatórias e não obrigatórias: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do valor adicionado; notas explicativas; balanço social e relatórios de sustentabilidade.

1.10 Tópicos Especiais de Contabilidade: consolidação; centralização; participações societárias; transformação; reestruturações societárias (incorporação, fusão, cisão); ajustes de avaliação patrimonial.

1.11 Análise das demonstrações contábeis: técnicas de ajuste a valor presente; análise vertical; análise horizontal; análise por índices; elaboração e interpretação dos indicadores.

1.12 Contabilidade de Custos: classificação e nomenclatura dos custos; elementos de custos; critérios de rateio dos custos indiretos; métodos de custeio; métodos de avaliação de estoques e apuração do custo do período;

1.13 Contabilidade Gerencial e Custos para decisão: fluxo de caixa; orçamento; margem de contribuição; análise custo-volume-lucro; alavancagem operacional, financeira e total; formação do preço de venda; e avaliação de desempenho;

1.14 Contabilidade Tributária: impostos, taxas e contribuições; planejamento tributário; regimes de tributação; retenções tributárias.

2. Contabilidade Pública

2.1 NBCASP: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

2.2 Lei Nº 4.320/1964; Lei Complementar Nº 101/2000; e demais normas de finanças públicas brasileiras;

2.3 Planejamento: princípios orçamentários; tipos de orçamentos; plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual;

2.4 Receita pública: Receitas orçamentária e extraorçamentária; receitas correntes e de capital; etapas da receita pública; dívida ativa; codificação da receita;

2.5 Despesa pública: Despesa orçamentária e extraorçamentária; despesas correntes e de capital; etapas da despesa orçamentária;

2.6 Transferências Voluntárias e Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado: transferências orçamentárias; destinação de recursos públicos ao setor privado; classificações contábeis; sistemática de execução;

2.7 Bens públicos: incorporação; desincorporação; controle;

2.8 Plano de Contas: plano de contas dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de compensação e de custos;

2.9 Escrituração Contábil: lançamentos contábeis de abertura, de movimentação e de encerramento do exercício financeiro; sistema SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira);

2.10 Demonstrações Contábeis: balanço orçamentário; balanço financeiro; balanço patrimonial; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração do resultado econômico; notas explicativas;

2.11 Dívida e endividamento: origem da dívida pública; classificação da dívida pública;

2.12 Transparência, prestação de contas, controle e fiscalização: transparência da gestão fiscal; controle e fiscalização na gestão pública; escrituração e consolidação das contas; prestações de contas aos órgãos de controle e fiscalização;

2.13 Sistemas de custos: aspectos legais; ambiente da informação de custos, características e terminologias.